

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009

1

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009	Emenda nº 1 – CAS
	<p>Concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências.</p>	<p>Emenda nº 1 – CAS</p> <p>Substitua-se a expressão “pessoa portadora de deficiência” por “pessoa com deficiência” na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009, e a expressão “pessoa portadora de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença” por “pessoa com deficiência física, sensorial ou mental, ou por pessoa acometida por doença” no <i>caput</i> do art. 58-B a ser acrescido pelo art. 1º da proposição à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</p>
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 58-B:	
<p>Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.</p> <p>§ 1º O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.</p> <p>2º Para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva.</p>		

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009

2

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009	Emenda nº 1 – CAS
	<p>“Art. 58-B. Nas empresas com mais de quinze empregados, o empregado, durante a jornada semanal de trabalho, poderá ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, por até dez horas, desde que seja responsável legal por pessoa portadora de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial em instituição especializada, ou na própria residência.</p>	<p>Emenda nº 1 – CAS</p> <p>Substitua-se a expressão “pessoa portadora de deficiência” por “pessoa com deficiência” na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009, e a expressão “pessoa portadora de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença” por “pessoa com deficiência física, sensorial ou mental, ou por pessoa acometida por doença” no <i>caput</i> do art. 58-B a ser acrescido pelo art. 1º da proposição à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</p>
	<p>§ 1º A ausência do serviço somente será permitida nos casos em que a atenção permanente do responsável legal seja indispensável, a critério médico, e quando o horário do tratamento, de que trata o caput, coincida, comprovadamente, com o horário de trabalho.</p>	
	<p>§ 2º A permissão para se ausentar do serviço fica condicionada ainda à apresentação de laudo médico, que deverá conter:</p>	
	<p>I – o tipo e o grau da deficiência ou o nome da doença, de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), que requeiram tratamento continuado;</p>	
	<p>II – o tempo diário que o responsável precisará ficar afastado da empresa.</p>	

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009

3

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009	Emenda nº 1 – CAS
	<p>§ 3º As horas em que o empregado estiver ausente do serviço serão compensadas no mesmo ou em outros dias do mês em que ocorreram as ausências, em comum acordo entre o empregador e o empregado, não podendo a compensação exceder a duas horas diárias à duração normal do trabalho.</p>	
	<p>§ 4º Não havendo o empregado compensado integralmente as horas não trabalhadas no mês, na forma do § 3º deste artigo, será efetuado o desconto no seu salário dessas horas não compensadas.”</p>	
<p>Art. 59 - A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.</p> <p>§ 1º - Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal.</p> <p>§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.</p> <p>§ 3º Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da</p>		

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009

4

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009	Emenda nº 1 – CAS
jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão. § 4º Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.		
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	